

Determinantes da História de Santa Catarina: Os Recursos Naturais e Culturais da “Rota do Sol” como Atrativos Turísticos – Estudos Preliminares¹

Msc. Elisiane Dondé Dal Molin²

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC)

Resumo:

O Estado de Santa Catarina detém, em sua região litorânea, importantes regiões turísticas. Dessas regiões, destaca-se a Rota Sol, cujas principais cidades em 2006 receberam mais de um milhão de turistas. Todavia, esse cenário não se apresenta o mesmo desde o processo de ocupação do território catarinense e, com base nesse histórico, elaborou-se o presente trabalho, que tem como objetivo contextualizar a Rota do Sol, as transformações ocorridas no referido espaço ao longo do tempo, compreendendo a configuração da atividade turística em suas principais cidades e identificando seus elementos causadores. Como este trabalho apresentará os estudos preliminares, foi possível o esboço de um quadro geral de tal processo histórico, necessitando de uma análise documental futura para aprofundamento.

Palavras-chaves: História; Santa Catarina; Turismo; Rota do Sol.

1 Introdução

Santa Catarina é um dos maiores destinos turísticos do Brasil, atraindo, a cada ano, milhões de pessoas vindas em busca da diversidade e das riquezas culturais e naturais que o Estado oferece, desde praias agrestes onde é possível saborear pratos tradicionais a base de peixe, até o aconchego de uma lareira durante o frio e a neve da serra.

A SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A), visando ampliar essa atratividade por meio da promoção de tais singularidades (refletidas nos recursos naturais e culturais cuja origem se remete à sua formação histórico-geográfica), no ano de 2004 (ZOTZ; KAISER, 2004) criou os Roteiros e Destinos Turísticos Integrados de Santa Catarina. Essa iniciativa gerou uma nova configuração ao Estado, dividindo-o em regiões turísticas: Caminho dos Príncipes, Rota do Sol, Vale Europeu, Grande Florianópolis, Encantos do Sul, Serra Catarinense, Vale do Contestado e Grande Oeste.

¹ Trabalho apresentado ao GT “Abordagem Histórico-Crítica do Turismo” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

² Mestre em Turismo e Hotelaria pelo Programa de Mestrado Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria e Bacharel em Gestão do Lazer e Evento – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC)

Focando os olhares no litoral catarinense, elegeu-se como área de estudo a Rota do Sol, região turística cujas principais cidades no ano de 2006 (SANTUR, 2006) receberam mais de um milhão de turistas, sendo elas: Balneário Camboriú, Itapema, Bombinhas, Porto Belo, Penha, Balneário Piçarras e Itajaí³. Segundo Zotz e Kaiser (2004), a Rota do Sol se destaca por sua paisagem natural, com ênfase nas praias formadoras de balneários que atraem um fluxo imenso de turistas anualmente, sobretudo no verão (entre dezembro e março).

Neste momento chega-se à indagação que gerou este estudo: Como essas cidades tornaram-se tão importantes para o turismo e qual o processo histórico desencadeado? Tentando responder essas perguntas propõe-se o presente estudo, que tem como objetivo contextualizar geograficamente a Região da Rota do Sol catarinense, as transformações ocorridas no referido espaço ao longo do tempo, compreendendo o histórico de configuração da atividade turística em suas principais cidades (determinadas pelos fluxos registrados), identificando suas principais causas.

Esses relatos serão chamados de “estudos preliminares” por compreenderem, neste primeiro momento, apenas a aglutinação de referenciais teóricos de autores que falam da história de Santa Catarina e do litoral, além de preceitos sobre a ocupação do espaço, cabendo, futuramente, uma extensa análise documental na coleta de fragmentos que proporcionem um respaldo maior à pesquisa embasada metodologicamente.

2 Os recursos naturais e a ocupação espacial: múltiplas determinações no povoamento e colonização do litoral de Santa Catarina

A relação entre a sociedade e o espaço está diretamente ligada ao conjunto de quatro elementos fundamentais, definidos por Santos (1985) como *forma*, *função*, *processo* e *estrutura*. A *forma* consiste no aspecto visível de um objeto construído para exercer uma *função* ou tarefa determinada pela sua concepção. A *estrutura*, de caráter abstrato, implica as inter-relações mantidas entre as partes que compõem um todo, incluindo a função elas exercem no contexto ao qual se inserem. O *processo* aborda o desenrolar de uma ação contínua desenvolvida em direção a resultados delineados pela ligação entre o tempo e as mudanças que ocorrem na forma, na função e na estrutura.

No caso da parte do litoral catarinense escolhido para a investigação, onde originalmente dominavam, ao lado de algumas cidades, vilas de pescadores com atividades de comércio e

³ A cidade de Itajaí, apesar de ser uma cidade portuária, também possui um fluxo turístico considerável. De acordo com a pesquisa da SANTUR (2006), mais de 50% das pessoas chegam à cidade tem como motivo principal de viagem o turismo.

agropecuária de subsistência, passou a dominar a atividade turística, atraindo investimentos, novos moradores e estimulando índices de crescimento espaciais superiores aos apresentados em outras épocas. Estas relações tornaram-se componentes da transformação do espaço geográfico, em que as determinantes ambientais ditaram, em um primeiro momento, a adaptação do homem e configurando, posteriormente, os atrativos turísticos fomentadores da atividade e que sofrem diretamente os impactos de sua expansão.

Considerando estes argumentos, faz-se necessário analisar o processo que, ao longo do tempo, foi responsável pela ocupação e modificações sofridas pela região que engloba as principais cidades da Rota do Sol. Essa análise possibilitará uma reflexão sobre as conjunturas que contribuíram para o desenvolvimento das relações sociais vigentes, pela própria história e cultura, expressos na configuração atual que a região apresenta.

2.1 O quadro natural do Estado de Santa Catarina

As paisagens componentes do cenário natural Catarinense, a exemplo da diversidade encontrada no território brasileiro, resultam da grande variedade de elementos físicos (relevo, clima, hidrografia, etc.) e biológicos, representados pela flora e fauna do Estado.

Quanto às características gerais da paisagem, (percebidas ao primeiro contato sensorial com qualquer espaço), são dadas, conforme Pires (2005), por dois aspectos principais: as formas topográficas e os elementos de superfície. Tais elementos são diretamente influenciados pelos fatores de modificação, que incluem o clima, a temperatura, a pluviosidade e a insolação. As formas topográficas são compostas pelas unidades de relevo e suas declividades presentes em determinadas áreas. Os elementos de superfície abrangem hidrografia, vegetação natural, fauna e ações humanas existentes, relacionadas ao uso do solo.

Para Peluso Júnior (1991), o relevo catarinense é composto por duas formações principais: o planalto, que começa na região oeste terminando nos limites das encostas, separando-as; e a região litorânea se estendendo até o Oceano Atlântico. Entre essas duas formações está a Serra do Mar, que delimita um corredor separando planalto e litoral.

A forma como o relevo foi modelado, aliada ao clima temperado, faz com que ocorra um volume maior de chuvas no litoral em relação ao planalto. Por outro lado, as temperaturas mais baixas são registradas nesta segunda região. Já a vegetação é bastante diversificada, podendo, segundo Peluso Júnior (1991) ser segmentada em quatro tipos: Mata Costeira (possuindo espécies como o cedro, a peroba e a canela, estas remanescentes da Mata

Atlântica) que abrange todo o litoral; Campos e Matas de Araucárias (variando entre campos gramíneos, onde existem regiões planas com ondulações leves e florestas de araucárias em locais com inclinações mais elevadas) encontradas no planalto; Mata de Araucária (tendo como exemplares de destaque a araucária, a erva-mate e a imbuia) localizada nos pontos mais elevados do planalto; e Savanas do litoral (campos com árvores de tamanho reduzido), presentes nas planícies costeiras, juntamente com os exemplares da Mata Atlântica.

Do ponto de vista hidrográfico, têm-se em Santa Catarina dois sistemas independentes de drenagem: o sistema integrado da vertente do interior (a bacia do Prata), comandada pelas bacias dos rios Paraná e Uruguai; e a vertente do Atlântico (litoral), formada por bacias isoladas. Conforme o Atlas Escolar de Santa Catarina (1991), a vertente do Atlântico tem como rio principal o Itajaí-Açu que, juntamente com os rios Itajaí do Sul e do Oeste, e os tributários Itajaí do Norte e Itajaí-Mirim, formam a maior bacia inteiramente catarinense.

2.2 A paisagem natural e a sua relação histórica com a ocupação territorial – breves considerações sobre a gênese de Santa Catarina

O quadro natural exerceu influência direta sobre o processo de povoamento e distribuição demográfica dos espaços geográficos. Santos (1997) ressalta que a principal forma de relação entre homem e natureza é dada pela técnica, composta por um conjunto de meios instrumentais e sociais, dos quais o homem conduz sua vida, produz e cria o espaço.

Por esta afirmativa, pontua-se a relação entre a história e a ocupação espacial de Santa Catarina, iniciada no século XVI, período em que os europeus começaram a atingir terras até então desconhecidas, habitadas por povos exóticos, como o caso das Américas e, mais especificamente, do território brasileiro.

Como consequência desta exploração e posterior povoação/colonização, Piazza (1994) salienta que, antes de Pero Lopes de Souza chegar à atual ilha de Santa Catarina para tomar posse da capitania de Sant'ana (doada através de uma carta régia datada de 21 de janeiro de 1535), os espanhóis já haviam se aventurado pelo seu litoral. Porém, como eles não conheciam os perigos das águas que banhavam a região, foram vítimas de naufrágios e expedições fracassadas. Quando a caravela de Lopes de Souza chegou à região localizada ao norte da Ilha de Santa Catarina, encontrou quinze *castellanos* (procedentes da Província de Castilla, Espanha) residindo junto com os índios (PIAZZA, 1994).

Os frades franciscanos foram os primeiros membros de uma congregação religiosa européia a ter contato com índios, náufragos e desertores espanhóis já residentes, tendo como primeiro trabalho a catequização dos carijós, nativos da terra localizada no território sul americano (PIAZZA, 1977).

Os espanhóis restantes em Santa Catarina (podendo-se até mesmo denominar de primeira fase de ocupação) concentraram-se na parte litorânea, nas regiões de São Francisco do Sul e da Ilha de Santa Catarina. Nesses locais, foram encontradas situações propícias à prática da pesca, do extrativismo e da agricultura. Quando barcos, não apenas de espanhóis, mas de franceses, holandeses e ingleses atracavam na praia (muitos com tripulações de corsários) aproveitavam para fazer trocas de produtos: os nativos ofereciam os frutos da terra e recebiam ferramentas e quinquilharias (LUZ, 2000; PIAZZA, 1994; CABRAL, 1994).

A segunda fase de povoamento culminou com a retomada do trono de Portugal pela dinastia de Bragança, em 1640, e as incursões realizadas pelos “vicentistas”, e por padres jesuítas da Companhia de Jesus (PIAZZA, 1994). Essas incursões estabeleceram pontos de adensamento demográfico ao longo do litoral, com projeções ao interior. Os bandeirantes paulistas, acompanhados de mamelucos e índios, desde o início do século XVII, já realizavam excursões para aprisionar nativos utilizados no cultivo das lavouras e realização dos afazeres necessários ao sustento da Capitania de São Vicente (LUZ, 2000).

Ainda no século XVIII, como declara Piazza (1994) chegaram as primeiras famílias vindas das Ilhas do Arquipélago de Açores, por determinação do governo português. Alguns historiadores relatam que este deslocamento foi também motivado pelas adversidades naturais que assolavam as ilhas, principalmente o vulcanismo, e pela falta de alimentos e condições mínimas de subsistência. Existem autores que não concordam com este ponto de vista, entre eles Cabral (1994), ao afirmar que este deslocamento foi uma estratégia planejada por Portugal para viabilizar a colonização rapidamente.

Para conter a pobreza que assolava a região, e consolidar a ocupação das terras pelo Império Português, a Coroa decidiu enviar açorianos para os campos sul-meridionais brasileiros, incluindo as terras que originaram Santa Catarina. Nesse momento, além do processo de povoamento, o território passou a ser efetivamente colonizado sob tutela de Portugal. Essa ocupação do litoral catarinense constituiu a maior intervenção do planejamento estatal português no Sul do Brasil, tanto a nível geopolítico, como a nível geo-econômico, já que o retorno comercial (armações de baleias) e a coleta das rendas reais (contratos e impostos) estavam calculados, a partir dos gastos militares e de povoamento preliminares (MAMIGONIAN, 1997).

O primeiro contingente se dirigiu ao Brasil em 1747, mas, tamanha era a quantidade de interessados que foram feitas novas remessas nos anos seguintes. Segundo Cabral (1994), a primeira leva de casais foi distribuída respeitando as ordens vindas diretamente da Coroa e expedidas ao governador Silva Paes, que demarcava uma faixa desde o Rio São Francisco até o Cerro de São Miguel. As famílias vindas nas remessas subseqüentes foram acomodadas ao longo do litoral sul, inclusive no Continente de São Pedro, atualmente o Rio Grande do Sul.

O incremento populacional proporcionado pela vinda dos açorianos iniciou o processo de urbanização do litoral do Estado, onde começaram a ser planejados colégios, igrejas, e a formação das primeiras freguesias, como a da Lagoa da Conceição e a de Santo Antônio, na Ilha de Santa Catarina. Outro aspecto positivo relacionado aos imigrantes açorianos foi o desenvolvimento das atividades econômicas de subsistência, destacando-se a agricultura e, mais tarde, as “armações” de baleias, atividade econômica importante durante o século XVIII.

O terceiro momento, determinante na ocupação do território catarinense, ocorreu no início do século XIX e foi realizado por portugueses que haviam se tornado proprietários de terras doadas pela Coroa. Essas famílias vieram com seus escravos, ocupando as sesmarias, cuja atividade principal era a agricultura. Neste mesmo período os primeiros alemães chegaram ao Estado, vindos com a permissão de Portugal para “colonizar” dois trechos coincidentes com o caminho aberto pelos vicentistas. Ao todo, eram 635 pessoas, sendo que, destas, 112 eram indivíduos que faziam parte de uma quadrilha mercenária alemã dissolvida no Rio de Janeiro (PIAZZA, 1994).

3 A origem das principais cidades da Rota do Sol e a sua organização sócio-espacial

Conforme Cabral (1994), os municípios que integram a Rota do Sol, em sua origem, derivam de um dos três grandes pólos populacionais formadores do Estado, o de São Francisco. O primeiro que adquiriu autonomia foi Porto Belo, em 03 de março de 1832. Vinte anos depois desta primeira emancipação, foi fundada Itajaí em 04 de abril de 1859.

De Porto Belo, se emanciparam posteriormente as cidades de Tijucas, em 04 de outubro de 1858; Camboriú, em 25 de abril de 1884; Itapema, no dia 28 de fevereiro de 1962 e Bombinhas, esta mais recentemente, em 1992. Após 80 anos de emancipação, o município de Camboriú tem o seu território dividido pela Lei Estadual nº 960 em 08 de abril de 1964, sendo que, a parte onde se localizava o balneário marítimo adquiriu autonomia, passando a ser o município de Balneário Camboriú.

Com relação ao município de Itajaí, este originou: Blumenau, em 04 de fevereiro de 1880; Brusque, na data de 23 de março de 1881; Luiz Alves, em 21 de junho de 1958, juntamente com Ilhota e Penha; e Navegantes, em 30 de maio de 1962. Ainda, segundo Cabral (1994), no dia 19 de novembro de 1963, parte de Penha se torna Balneário Piçarras.

O fato de estas cidades serem oriundas do mesmo bloco formador explica as semelhanças que as mesmas possuem, relacionadas aos seus aspectos culturais, econômicos, sociais e geográficos. Estes, como ressalta Santos (1997), são constituintes de um espaço formado por sistemas de objetos e ações, considerados de forma integrada, pertencentes a um único quadro composto pela história. Essa história expressa a relação inicial com a natureza intocada que, ao longo do tempo, tem seus recursos substituídos por objetos artificiais, vitais à manutenção da existência humana e que refletem a aplicação das tecnologias desenvolvidas ao longo do processo.

Esta afirmativa é fundamental para definir as origens da região que compreende a “Rota do Sol”, cuja gênese está diretamente relacionada à formação dos municípios de Porto Belo e Itajaí, dos quais se desenvolveram os demais municípios que hoje integram a região.

Os primeiros habitantes de Porto Belo, estudados por Kohl (2001) foram os portugueses, no final do século XVII, atraídos pela enseada que facilitava a atracação de embarcações. A este local foi dada a denominação de “Enseada das Garoupas”. Ainda conforme o autor, foram várias as visitas de navios portugueses, buscando informações sobre o local e analisando as possibilidades de ser fundado ali um povoado. Todavia, a escassez de terras para cultivo e a ausência de minérios preciosos eram pontos desfavoráveis à ocupação. O povoamento da Enseada das Garoupas só foi realizado em 1776, quando se estabeleceram mais de 500 pessoas vindas da Ilha de Santa Catarina sob autorização da Coroa.

Apesar destas iniciativas, Kohl (2001) ressalta que o povoamento do local foi marcado por constantes insucessos, fazendo com que os colonos ali estabelecidos ficassem abandonados em terras “impróprias à cultura”. Aos poucos, esses residentes foram revertendo o quadro, adaptando-se aos meios de subsistência existentes. Essa atitude elevou, em 1824, o local à categoria de freguesia. Em 1832 se consolidou como o primeiro município emancipado de São Francisco do Sul.

Nas terras que hoje formam o município de Itajaí, também pertencentes anteriormente a São Francisco, o primeiro contato com o homem branco deu-se em razão da descoberta de ouro nas margens do rio *Taahy*, cujo significado na linguagem indígena, segundo D’Ávila (1982), é “rio das pedras” ou “rio dos taiás”.

O ouro foi encontrado nas terras do rio em 1711 e intensificou o povoamento da região. D'Ávila (1982) descreve que, nesse período, os índios botocudos eram numerosos e constituíam motivo de preocupação por não serem tão pacíficos quanto os carijós, embora não tivessem impedido o estabelecimento dos habitantes brancos

A primeira tentativa oficial de povoamento por parte da Coroa foi fruto de uma autorização dada ao diplomata Antônio Vasconcellos de Drummond em 1820, para a ocupação da sesmária onde hoje está localizada a região do bairro Itaipava. Um ano depois, Drummond recebeu ordens para retornar, pois a Coroa dava como finalizada sua missão e, o projeto não pôde ser concluído.

D'Ávila (1982) destaca que, somente na metade do século XIX, o comerciante Agostinho Alves Ramos, juntamente com a sua esposa, decidiu deixar a cidade de Nossa Senhora do Desterro para estabelecer residência em Itajaí. Pelas atividades de comércio mantidas com os habitantes da foz do rio, ele visualizou uma oportunidade de exploração do local, comprando um terreno perto do lugar onde atracava seu barco para reparos, estabelecendo moradia e casa de comércio. Aos poucos, Alves Ramos foi adquirindo a liderança sobre as famílias da localidade. Por sua iniciativa, foi construída a primeira capela (e criação do curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí), estradas e pontes.

A extração do ouro, a chegada dos vicentistas, dos açorianos e, posteriormente, dos alemães, italianos, africanos, suíços e sírio-libaneses provocaram, não apenas a sua emancipação de São Francisco, em 1859, mas um salto demográfico na ocupação do território que se projetou por toda a área costeira com incursões para o interior além das margens do Rio Itajaí, ditando os moldes da formação dos municípios de Blumenau, Brusque, Luiz Alves, Ilhota, Penha e Navegantes, sobretudo pelas colônias de imigrantes.

4 Reflexos da atividade turística no espaço: as transformações ocorridas nos municípios formadores da “Rota do Sol”

No Estado de Santa Catarina, um dos argumentos mais utilizados para a promoção turística são as imagens das belas praias que compõem o seu litoral, principalmente aquelas localizadas nas regiões central e norte catarinenses. Todavia, durante muito tempo, esse mesmo recurso era visto como instrumento de trabalho, garantia de sobrevivência de muitas famílias, que tinham na pesca sua fonte de subsistência ou ainda, como o destino comum de resíduos (local onde parte do lixo e dos dejetos produzidos pela população era descartado).

Em Florianópolis, segundo Ferreira (1994) a busca pela praia e pelo banho de mar era encarada, inicialmente, como “abuso ao Código de Posturas”, depois como “tratamento médico”, refresco contra o calor excessivo, diversão familiar e, posteriormente, atividade turística. De acordo com este autor, Florianópolis foi o primeiro local onde o banho de mar começou a ser praticado no litoral catarinense, ainda no século XIX.

A procura da costa marítima como meio de cura dos males, é datada, como descreve Ferreira (1994), da metade do século XIX, conclusão esta sintetizada da análise de relatos de escritores da época. Já no final do referido século, estes testemunhos passaram a expor a ocorrência da prática de passeios ao longo da praia.

A consolidação do banho de mar como atividade recreativa ocorreu, pelas afirmações de Ferreira (1994), com a estabilização da República no Brasil (na primeira metade do século XX), onde a sociedade que se constituiu passou a adotar novas práticas sociais, incluindo o banho de mar e a busca por paisagens naturais (modismos copiados do Rio de Janeiro, profundamente influenciado pelos costumes europeus).

Christoffoli (2003), em pesquisa desenvolvida sobre a história do banho de mar em Santa Catarina, estudou seu processo inicial no Vale do Itajaí, cuja foz se insere na Rota do Sol. Esta atividade foi trazida juntamente com outros valores culturais pelos imigrantes europeus que se instalaram na região, especialmente alemães.

Os hábitos culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes, residentes em cidades como Blumenau, Rio do Sul, Brusque e Gaspar, faziam estes se deslocarem de seus meios urbanos para desfrutar momentos de lazer e contemplação no litoral, em contato direto com a natureza que até então havia sido pouco modificada pela ação humana. Como afirma Christoffoli (2003), a primeira praia da qual se tem registros concretos da sua utilização para fins de lazer pela elite burguesa formada no Vale do Itajaí era a Praia de Armação (então Itajaí e hoje município de Penha). Isto ocorreu a partir de 1906, por ser a única que possuía acesso. Praias como Cabeçadas, Camboriú e Itapema ainda eram inexploradas.

Alguns anos depois, em 1911, como ressalta Christoffoli (2003), a Praia de Cabeçadas, integrada ao território de Itajaí, passou a ser outro ponto de veraneio, lugar onde foi construída uma hospedaria, entre outras instalações posteriores, fazendo com que se tornasse o primeiro local do Estado em que o banho de mar fosse praticado com o amparo de uma infra-estrutura disponibilizada aos visitantes (cabines de troca de roupa e alimentação), residentes em cidades da região, diferente do que, anos mais tarde, configurou como “turismo de massa”.

Na década de 1970, de acordo com Santos e Silveira (2001), a malha rodoviária nacional teve uma franca expansão em todo o país, acarretando o aumento da frota de veículos destinado ao transporte de cargas e pessoas. Essa ligação das regiões do Brasil foi de vital importância para o desenvolvimento do turismo, pois, como Milton Santos (1985 e 1997) ressalta, são essas vias de *fluxo* que ligam os fixos, neste caso, os elementos construídos e/ou presentes no espaço geográfico. Tal condição reproduziu-se na região norte de Santa Catarina, colaborando diretamente para as transformações sócio-espaciais, uma vez que a inauguração da BR 101, no ano de 1971, tornou o acesso mais rápido e fácil aos que se deslocavam para o litoral catarinense, incluindo no segmento turístico, tanto os moradores do Rio Grande do Sul, como os do Paraná e de São Paulo.

As cidades de Balneário Camboriú⁴, Itapema, Bombinhas, Porto Belo, Penha e Balneário Piçarras, tiveram novo impulso em seu desenvolvimento econômico e espacial, promovido por meio da atividade turística. Isso ocorreu a partir do momento em que, amparados por infraestrutura construída para atender a demanda que chegava, cada vez mais intensa, trazida pelas vias recém consolidadas, se tornaram referências por suas belezas naturais, complementadas por manifestações de cunho cultural e social.

Até a década de 1920, como foi descrito por Christoffoli (2003), era difícil o acesso às praias do litoral norte, entre elas, a de Camboriú. Contudo, neste período, de acordo com Silva (2002), foi inaugurada pelo Governador Hercílio Luz a Estrada Geral, ligando a praia citada à sede do município de Itajaí. Logo surgiram outros caminhos que levavam à praia de Camboriú, destacando-se o “Caminho do Arame” e o “Caminho das Areias”, ou as atuais Avenida Central e Avenida Brasil, duas das principais vias de fluxo da cidade de Balneário Camboriú.

A abertura de novas estradas, embora ainda precárias, permitiu o acesso de algumas famílias provenientes das cidades localizadas no Vale do Itajaí. Com a melhoria das rodovias e dos meios de transporte, o número de veranistas cresceu de forma significativa, consolidando Camboriú como um dos principais locais procurados para a prática turística. Segundo Corrêa (1985), em 1948, havia apenas 41 casas no Distrito da Praia de Camboriú, quatro anos depois, em 1952, já havia 620 casas, fazendo com que se iniciasse a implantação de uma infra-

⁴No caso das cidades de Balneário Camboriú e Camboriú, torna-se necessária uma observação: No final de 1959, segundo Rebelo (1997) a praia pertencente ao município de Camboriú, foi elevada à Distrito, sendo criada ali uma Intendência. Alguns anos depois, em 1963, é encaminhado um projeto de lei para a emancipação do distrito, gerando grande polêmica e discussões partidárias locais que, um ano depois, por meio de três votações sequenciais promovidas pelos membros da Câmara dos Vereadores, resultaram na formação de Balneário Camboriú, pela Lei nº 960, de 8 de abril de 1964. Daquela época aos dias atuais, Camboriú presenciou o crescimento da cidade que era seu antigo distrito e as transformações (positivas e negativas) acarretadas pela atividade turística, fato este que ainda gera revolta por parte das testemunhas desse acontecimento, por não se beneficiarem do desenvolvimento promovido no território vizinho, entre eles o autor citado.

estrutura fruto desta intensa movimentação, posteriormente, a principal fonte econômica do município: o turismo⁵.

Já o município de Itapema teve como principais atividades de subsistência a pesca e a agricultura de base, pois “A pequena produção pesqueira e agrícola ocupou de forma socialmente diferenciada o espaço territorial de Itapema, ficando os agricultores nas encostas e nos locais próximos às elevações e os pescadores na proximidade da orla marítima” (OLIVEIRA, 2002, p. 54-55).

Através das buscas realizadas em referenciais teóricos da área para a composição deste trabalho, sobretudo livros escritos por autores da região e dissertações, não foram encontradas menções sobre o processo de desenvolvimento do turismo em Itapema. Entretanto, o que se pode constatar é a implantação da atividade pelo mesmo motivo anteriormente mencionado: a disponibilidade de vias de acesso que abriram caminho para os veranistas, em um primeiro momento, e para o turismo de massa a partir da década de 1980.

Por fazer parte da mesma região geográfica em estudo, o município de Bombinhas possui características de crescimento turístico similares aos quadros descritos anteriormente. Até a década de 1970, a cidade de Bombinhas, então pertencente ao Município de Porto Belo, era composta por famílias que praticavam a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, herança cultural dos primeiros habitantes. Contudo, Hillesheim (2005) descreve que, a partir da década de 1970, começaram a ser comercializados lotes localizados nos bairros de Bombas, Bombinhas, Zimbros e Mariscal (então território de Porto Belo) para moradores, principalmente, de Blumenau, Joinville e Itajaí.

Nessa época, esses bairros, que originaram quinze praias amplamente procuradas pelo turismo atual, não possuíam infra-estrutura para suprir a demanda de veranistas que se dirigiam para lá. Esse suporte só começou a ser concebido, pelas descrições de Hillesheim (2005), no início da década de 1980, com o surgimento de pequenos mercados, farmácias, bares, iluminação pública nas principais vias, rede de esgoto, tratamento de água e meios de hospedagem (início da composição da infra-estrutura turística).

Em 1990, a infra-estrutura turística se ampliou, assim como a demanda, o que provocou também uma explosão imobiliária e supervalorização dos terrenos, alavancando o número de construções e leitos disponíveis aos visitantes. Em 2001, as praias de Bombinhas já eram

⁵ As perspectivas do turismo na então cidade de Camboriú já eram notadas em 1956 quando, (REBELO, 1997), o prefeito do município criou um álbum contendo fotos e descrições das principais belezas naturais do local, servindo como veículo de divulgação do lugar. Quatro anos depois, visando lucrar com a atividade turística que havia se iniciado, foi criada a “Taxa de Turismo” (Lei nº 27, de 26 de novembro), que era aplicada aos donos de meios de hospedagem, significando uma cobrança de 10% sobre as despesas efetuadas, sendo isentos estudantes e indivíduos que permaneciam mais de noventa dias no local.

procuradas pelos argentinos, chegados ao litoral final de 1990, tornando-a uma cidade visada durante o período de alta temporada (HILLESHEIM, 2005).

Relacionando o município de Porto Belo, esta apresenta um posicionamento privilegiado, segundo Sécca (2004), por estar situada no corredor de acesso às principais praias de Santa Catarina (entre elas Bombinhas, Itapema, Balneário Camboriú, Penha e Balneário Piçarras). Por isso, ela se torna importante para sua região por ser testemunha da concepção do que hoje se conhece como atividade turística no Estado, galgada por residentes do Vale do Itajaí que construíam suas casas de veraneio ao longo da orla marítima.

Pela presença de outras praias localizadas nas proximidades, como argumenta Sécca (2004), Porto Belo se tornou uma praia de suporte ao crescimento dessas localidades, sobretudo devido à falta de infra-estrutura turística e a dificuldade de escoamento do trânsito. Todavia, a autora não considerou o fluxo turístico gerado pelo empreendimento Ilha de Porto Belo que centraliza, na Ilha João da Cunha, a alguns metros do centro da cidade, uma série de atividades que levaram grandes companhias de cruzeiros marítimos a programar escalas no local para os turistas conhecerem, não apenas a ilha, mas também o município.

As cidades de Penha e Balneário Piçarras, pela proximidade apresentada entre elas e pela origem histórica comum, são descendentes da antiga Armação de Itapocorói, local onde acontecia a captura de baleias e seu beneficiamento, gerando produtos enviados a Portugal quando o Brasil era território dominado pelo reino português.

De acordo com Vicente (2002), após a decadência e extinção das atividades de armação, no século XIX, os habitantes passaram a se dedicar à pesca artesanal, à agricultura de subsistência (já praticada anteriormente) e às atividades de comércio. Paralelo a estas, como foi relatado por Christoffoli (2003), existem registros que descrevem a localidade que viria a se transformar no município de Penha, em lugar procurado para a prática do banho de mar, ocasionando a construção, anos mais tarde, das primeiras casas de veraneio.

Uma nova fase de desenvolvimento para a cidade, segundo Crispim (2000), foi iniciada na década de 1950, em consequência da industrialização do pescado, e dando origem a empreendimentos que levaram à mecanização da pesca, ao congelamento e à produção de derivados, com destaque para as conservas.

Após a emancipação Penha e, em curto intervalo, de Balneário Piçarras, conforme Vicente (2002), chegaram à localidade a energia elétrica, o transporte coletivo e os primeiros hotéis, respectivamente “Armação” e “Hotel Itapocorói”, antecedendo a atividade turística de massa. Segundo o autor, somente nas décadas de 1970 e 1980, os moradores começaram a apresen-

tar interesse em alugar suas casas para os turistas que procuravam o município durante a temporada de verão. Essa atitude estimulou a construção de empreendimentos e meios de hospedagem, direcionados ao atendimento do turista.

Após a análise dos processos de ocupação e expansão das principais cidades da Rota do Sol catarinense, além da posterior inserção da atividade turística, percebe-se quão complexo esse ciclo se desenvolveu, o que desmistifica visões naturalizadas de que o turismo sempre esteve ali e sempre estará, ou ainda, de que a busca pelo mar está implícito no espírito humano. São estas algumas das observações iniciais desse compêndio histórico que, no futuro, poderá desenvolver outras interrogações.

5 Considerações preliminares

Diante do que foi expostos, é necessário fazer algumas considerações preliminares, estas baseadas em alguns autores utilizados na construção do texto, remetendo-se à relação entre homem e natureza, a busca pelo mar e a atividade turística.

Pereira (2003) relata que a atração pela orla marítima, existente já nos primeiros anos do século XX (como foi descrito), estimulou a construção de casas de segunda residência por famílias que moravam em áreas coloniais próximas. Pelos anos subsequentes, esse padrão se repetiu, abarcando outras localidades em que as casas de veraneio iam se acumulando gradualmente.

A implantação de vias de acesso às praias, que possibilitaram a chegada de pessoas vindas de outros Estados e regiões ocasionou, pelas colocações de Sécca (2004), a criação de uma política estadual de turismo, reflexo do que começava a ocorrer no restante do território brasileiro. Essa iniciativa originou o estabelecimento da SANTUR, em 1977, firmando o turismo como uma das principais atividades econômicas do litoral de Santa Catarina.

Como resultado da iniciativa, as cidades de Balneário Piçarras, Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas começaram apresentar incrementos relevantes na população residente e no volume das áreas construídas. O desenvolvimento turístico acelerou a expansão urbana e causou alterações geográficas que geraram processos diferenciados de urbanização, refletindo no impacto causado à cultura e ao comportamento da população, sobretudo açoriana, que é encontrada em maior quantidade (PEREIRA, 2003).

Nesse processo, gradativamente, as paisagens naturais foram alteradas para abrigar agrupamentos de residências e edifícios destinados a atender as necessidades apresentadas pela demanda turística, ávida por consumo de atividades, principalmente de lazer.

Além dos atrativos naturais, esses espaços, já transformados pela atividade turística, passam a conceber atrativos culturais como componentes da interação entre os elementos autênticos e a “adequação” destes como possível produto a ser consumido não só pelos visitantes, mas também pelos moradores desses locais como forma de valorização e preservação dos aspectos que restaram da cultura dos grupos formadores. Dentre esses elementos, destacam-se as festas folclóricas, os centros culturais, o teatro, a música, a dança e a revitalização do patrimônio cultural construído, por meio de movimentos culturais, fundações, organizações não-governamentais e grupos de estudos atuantes na região.

Quando foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre este tema, não se localizou o exato momento em que a herança cultural da região geográfica em questão começou a ser um atrativo diferencial para os visitantes. Sob este aspecto, levanta-se a indagação: as opções culturais apresentadas pelas cidades de Penha, Balneário Piçarras, Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas podem ser consideradas atrativos turísticos, motivadores de fluxos de visitantes que buscam estes elementos específicos? A resposta para esta questão, e as que originaram o objetivo geral do presente estudo fazem parte das etapas futuras de pesquisa, restando neste momento a exposição dos caminhos eleitos para tal, exemplificados neste artigo.

Referências

- CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CHRISTOFFOLI, A. G. *Uma história do lazer nas praias: Cabeçudas - SC, 1910-1930*. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2003.
- CORREA, I. de B. *História de duas cidades: Balneário Camboriú e Camboriú*. Camboriú: I. de Borba Correa, 1985.
- CRISPIM, L. de O. *Transformação sócio-espacial da Praia de Armação de Itapocorói, município de Penha (SC): da colônia de pescadores à implantação do Parque Beto Carrero World – um estudo de caso*. 2000. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2000.
- D'ÁVILA, E. *Pequena história de Itajaí*. Tubarão: Gráfica Dehon, 1982.
- FERREIRA, S. L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.
- HILLESHEIM, C. B. *Turismo e paisagem: a influência da atividade turística na paisagem natural do município de Bombinhas (SC) entre 1960 e 2005*. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2005.

- KOHL, D. H. B. *Porto Belo: sua história, sua gente*. 2. ed. Blumenau: Odorizzi, 2001.
- LUZ, A. A. da. *Santa Catarina, quatro séculos de história*. Florianópolis: Insular, 2000.
- MAMIGONIAN, A. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. *Seminário: O mundo que o português criou*. Brasil, 1997 (p. 1-6). Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/cehib/armen.html>> Acesso em 9 mai. 2007.
- OLIVEIRA, R. A. *Desenvolvimento turístico e transformações sócio-espaciais no município de Itapema*. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2002.
- PELUSO JUNIOR, V. A. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Editora/ Editora da UFSC, 1991.
- PEREIRA, R. M. F. do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. v. 18, nº 35. Florianópolis, 2003 (p. 99-129).
- PIAZZA, W. F. *A colonização em Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, W. F. *A igreja em Santa Catarina: notas para a sua história*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.
- PIRES, P. dos S. *Os componentes naturais da paisagem no Brasil*. In. Bases ecológicas do turismo. Apostila. Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Centro de Educação de Balneário Camboriú - Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, 2005.
- REBELO, J. A. *Sem história não dá; e assim se fez em Camboriú*. Balneário Camboriú: Ed. do Autor, 1997.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral – GAPLAN. *Atlas de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A. *Destinos e roteiros turísticos*. Disponível em <<http://www.santacatarinaturismo.com.br/intern~2.htm>> Acesso em: 10 jul. 2006.
- SÉCCA, F. D. *Porto Belo (SC) e suas peculiaridades sócio-espaciais frente ao desenvolvimento turístico regional*. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2004.
- SILVA, G. A. da. *Uso turístico da Praia Central do município de Balneário Camboriú – SC: projeções técnico-científicas*. 2002. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2002.
- VICENTE, A. T. T. *Tramas de uma complexa relação: a comunidade da Penha SC e o Parque Temático Beto Carrero World (impactos econômicos e sócio-culturais)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2002.
- ZOTZ, W.; KAISER, J. *Santa Catarina retratos: gente e paisagens*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2004.